

# A LITERATURA E A REVOLUÇÃO

Larissa AGOSTINHO\*

LAURENT, J. **Je suis la révolution**. Paris: Belin, 2008.

Do romantismo aos últimos suspiros do grupo *Tel Quel*, Laurent Jenny desbrava neste livro a história de uma metáfora, a identificação entre inovação literária, estética e a ideia de Revolução.

A partir de sua origem latina *revolvere*, a palavra revolução indica “rolar pra traz”, “desenrolar”(um manuscrito), “trazer pelo pensamento”, “voltar à”. Mas somente em 1789, revolução se torna nome próprio, “a Revolução” e adquire um caráter temporal, histórico.

Sua entrada no mundo das letras não deve tardar. Em 1822, Victor Hugo coloca a possibilidade de uma relação entre as mudanças políticas e as mudanças de ordem estética. Em 1824, o poeta afirma que a literatura pode ser tida como consequência de um determinado Estado sem se constituir, no entanto, como sua fiel tradução. Finalmente, em 1824, no prefácio de *Hernani*, Victor Hugo anuncia, profeticamente: “[...] *la liberté littéraire est fille de la liberté politique. Ce principe est celui du siècle, et prévaudra*”. (LAURENT, 2008, p.21).

No capítulo II, Jenny analisa as ambigüidades da posição de Victor Hugo e o desenvolvimento de uma poética revolucionária por aquele que seria, no século XIX, o maior artesão da “metaforização”, da literatura em revolução.

A revolução poética para Hugo significa uma ruptura radical com a tradição literária que se realiza através da liberação da palavra, autonomizada como significantes em disponibilidade de significado, liberadas de toda sujeição a um locutor e aos atos discursivos como os que a retórica organiza em sistemas. A linguagem se torna autônoma rompendo com a poética clássica dos gêneros, não sem portar em si um misticismo próprio da poética de Victor Hugo que marca também, como mencionamos, sua ideia de revolução.

As palavras “autônoma” e “terror” compartilham uma origem obscura e insondável. Ambas parecem portadores de uma mensagem de morte que se dissolve enigmaticamente na promessa que estes anunciam. A justificativa para tal violência revolucionária: “*Et, c’est Dieu qui le veut*”. Laurent (2008, p.43) conclui: “Hugo é

---

\* Universidade de Paris IV. Ecole doctoral III. Paris – França. 75005 - larissa\_drigo@yahoo.com.br

para a poesia um instrumento de Deus tanto quanto Danton e Robespierre o foram na política”. (LAURENT, 2008, p.43).

No terceiro capítulo deste livro passamos do século XIX para o século XX, no qual o autor destaca de que maneira a ideia de revolução política é colocada a serviço do surrealismo.

No início dos anos 20, Laurent demonstra a instabilidade e o caráter indefinido do conceito de revolução para os surrealistas. Breton afirma: “*Je pense qu’il y a un moyen, sans se mêler à la querelle sociale, de faire prévaloir la vérité révolutionnaire qui est une et qui n’est pas littéraire ou politique*”. (LAURENT, 2008, p.65).

Na elaboração do conceito de revolução, o surrealismo parte do interesse mórbido pelo suicídio, da apologia da greve como ação verdadeiramente revolucionária, ideia que confere à revolução um caráter passivo, de “anti-ação”, ao fanatismo da liberdade, no *slogan* “liberdade ou morte”, até a descoberta do inconsciente, ou seja, da desconstrução do espírito pela sua própria liberdade à elucidação do desejo inconsciente.

O pessimismo relacionado ao suicídio parecia irreconciliável com a ideia de revolução marxista, positiva, progressista e otimista por excelência. O surrealismo se esforçou, portanto, neste momento, em destacar o materialismo dos sonhos e o caráter coletivo do inconsciente. O materialismo histórico assim como o materialismo onírico deve conduzir o sujeito à sua própria emancipação.

No capítulo IV, no qual Laurent analisa a trajetória de Blanchot, de cronista político nos anos trinta a crítico literário e escritor, passagem exemplar da metáfora da revolução do plano político para o plano literário.

Jenny descreve o descrédito em que mergulhou a ideia de revolução nestes anos trinta do século vinte, pessimismo que contamina tanto a direita quanto a esquerda. No entanto, entre os não-conformistas de direita, grupo ao qual Blanchot se vinculava, há uma tentativa de reabilitação do conceito de revolução, uma revolução antimarxista, “espiritual”, “impossible”, nas palavras de Blanchot. Impossível porque a revolução não é dotada de uma forma criadora, mais de uma potência destrutiva, de uma força negativa capaz de abolir o real, ela é inconcebível e imprevisível, antes mesmo de existir.

A impotência gerada pela ideia de uma revolução impossível abre duas vias sucessivamente exploradas por Blanchot, o abandono e o terrorismo revolucionário. Se a revolução é impossível, no sentido trivial do termo, isso se deve ao fato de que o terror não é um princípio de união pela ação, mas de dissidência. O terror tem por vocação devorar-se a si mesmo na exterioridade da morte na qual ele se expõe. A última declaração política de Blanchot - “On demande de dissidents”, é a confissão da impotência do impossível da revolução.

A exigência revolucionária vai dar forma à exigência literária, não na forma de doutrinas ou teorias, mas através da obra que se absolutiza. A literatura compartilha com a revolução seu caráter ficcional, ambas são inventadas. O poder de abolição do real da revolução é o mesmo presente na obra de arte: “*L’action révolutionnaire est en tous points analogue à l’action telle que l’incarne la littérature: passage du rien à tout, affirmation de l’absolu comme événement et de chaque événement comme absolu*”. (BLANCHOT apud LAURENT, 2008, p.129)

Em *Le degré zero de l’écriture* Barthes teorizou a linguagem mais contra-revolucionária possível: o grau zero da escritura, ou “escrita branca” que se constituiu em detrimento de toda responsabilidade histórica e formal. A partir dos anos setenta a linguagem branca, próxima da retórica clássica, a poética da palavra, a polissemia transcendente da linguagem começam a se confundir. Barthes supera o estruturalismo e se aproxima do grupo *Tel Quel*. Ele escreve sobre Sollers e clama por uma revolução da escritura. Jenny afirma sobre Barthes: “Etre révolutionnaire, c’est pour un écrivain accomplir ‘ne révolution permanente du langage’, exercer dans son domaine – symbolique – une incessante subversion de la Loi, en y introduisant le pluriel des significations et des discours, la différence absolue”. (LAURENT, 2008, p.178).

Sollers elabora teoricamente a revolução literária do grupo *Tel Quel* a partir da ideia althusseriana de que a teoria é uma forma específica de prática. Em 1967, Sollers anuncia que “la théorie de l’écriture textuelle se fait dans le mouvement de la pratique de cette écriture”. O terreno está preparado para a revolução textual, a revolução pela e na literatura. (SOLLERS apud LAURENT 2008, p.182).

A análise histórica do autor é efetuada de maneira “literária”, pois se trata de contar a história de uma metáfora, do emprego exclusivamente literário de uma palavra que pertence ao universo político, a palavra “revolução”. Isto é, trata-se para Jenny de descrever como se operaram as revoluções literárias e como os escritores, de Victor Hugo ao grupo *Tel Quel*, desenvolveram e justificaram suas ações revolucionariamente literárias. No entanto o autor nada diz sobre como esses autores pensavam a relação entre literatura e política há simplesmente uma transposição de um termo do universo político para o literário, muito deve, portanto ser dito ainda sobre o assunto.

Seria interessante um exame histórico da crítica literária com o intuito de compreendermos como cada tempo histórico pensa e determina nossa compreensão da relação entre literatura e política.

